



Designação	2010	2011	2012	2013
Despesa Corrente	45.535,0	44.986,9	52.457,9	64.900,3
Despesa com Pessoal	10.204,9	12.674,1	13.456,0	17.680,7
Outros	1.854,3	1.253,6	1.567,1	2.096,4
Despesas de Capital	2.986,0	3.007,5	1098,1	2.074,3

Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade ** Edição Nº 02/2014 - Março - Distribuição Gratuita

Transparência Orçamental em Moçambique Governo e TA não publicam informação sobre as PPP

O Governo da República de Moçambique e o Tribunal Administrativo não publicam informação sobre as parcerias públicas e privadas, conforme obriga a Lei das Parcerias Público-Privadas.

O artigo 20 da Lei n.º 15/2011, de 10 de Agosto (a Lei das PPP), estabelece que o Governo deve, na elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo e em cada proposta anual do Orçamento do Estado: “inscrever a verba destinada a garantir a sua comparticipação nos investimentos de empreendimentos de Parcerias Público-Privadas em que a intervenção directa do Estado se mostre imprescindível, relevante ou estrategicamente conveniente.”

Igualmente, o Governo não publica, no seu portal, os relatórios e balanços contabilísticos relativos à actividade do empreendimento (PPP), tal como preconiza a alínea b) do artigo 23 da mesma lei.

As propostas do Orçamento do Estado de 2012, 2013 e 2014 e o respectivo Cenário Fiscal de Médio Prazo não apresentam nenhuma informação sobre a previsão das receitas das PPP's.

Mas não é só o Governo que viola a Lei das PPP. O Tribunal Administrativo, ao abrigo

dos artigos 10 e 24, nos seus números 2 da Lei em referência, não publica os benefícios fiscais das PPP's. O número 2 do artigo 10, refere que “Os benefícios fiscais ou outros de natureza financeira concedidos nos termos da legislação aplicável, são objecto de registo pela entidade responsável pela tutela financeira e de reporte na Conta Geral do Estado do respectivo ano económico”.

Por seu turno, o número 2, do artigo 24, sobre o enquadramento orçamental, estabelece que “A Conta Geral do Estado deve reportar a execução e o desempenho das Parcerias Público-Privadas no final de cada exercício económico”. O relatório e o parecer do TA (do exercício económico de 2012), não aprecia, igualmente, o estabelecido na alínea d) do n.º 2, artigo 14 da Lei n.º 26/2009, de 29 de Setembro, segundo a qual, “As subvenções, subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidos, directa ou indirectamente”, devem ser apreciados e constar do relatório e parecer do TA.

Esperava-se que a Conta Geral do Estado de 2012, a ser analisada brevemente pela Assembleia da República, apresentasse as primeiras informações sobre o desempenho das PPP, o que não aconteceu. Entendemos

que a informação referente às PPP deve constar dos diferentes documentos fiscais em referência por serem de carácter importante na prossecução dos objectivos sócio-económicos do Governo vis-à-vis o desenvolvimento do país e por guiarem a mobilização e alocação dos recursos públicos.

É preocupante a sonegação de informação sobre as receitas, gastos, prejuízos, lucros e, sobretudo, a comparticipação do Estado nas PPPs. É que, em alguns países, as PPP, mais do que benéficas, são prejudiciais para o próprio Estado na medida em que constituem mecanismos de retirada, de forma aparentemente lícita, de dinheiro público pela elite no poder para projectos nos quais têm interesses.

Ficha Técnica

Director: Adriano Nuvunga

Equipa de Pesquisa: Lázaro Mabunda & Ben Hur Cavelane

Título: Transparência Orçamental em Moçambique

Autoria: Centro de Integridade Pública

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Design e Layout: Nelton Gemo

Tiragem: 1000 exemplares

© CIP, Março de 2014

Centro de Integridade Pública (CIP)

Boa Governação - Transparência - Integridade

Endereço: Rua da Frente de Libertação de Moçambique, nº 354

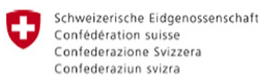
Maputo - Moçambique

Tel.: +258 21 492335, **Cel.:** +258 82 301 6391

Fax: +258 21 492340 | **Caixa Postal:** 3266

E-mail: cip@cip.org.mz | **Website:** www.cip.org.mz

Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC



ROYAL DANISH EMBASSY IN MAPUTO